

LOGO®



Seguros LOGO, S.A.

Sede: R. D. Manuel II, 290,
4050-344 Porto

Registo na Conservatória
de Registo Comercial do Porto

NIPC: 508 278 600

www.logo.pt

LOGO[®]

Simples, logo seguro.



AUTO



CASA

Índice

Seguros LOGO

- 7** 01 Órgãos Sociais
- 11** 02 Relatório do Conselho de Administração
- 19** 03 Demonstrações Financeiras
- 25** 04 Demonstração do Rendimento Integral
- 29** 05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
- 33** 06 Demonstração de Fluxos de Caixa
- 37** 07 Anexo às Demonstrações Financeiras
- 67** 08 Divulgação das Políticas de Remuneração
- 77** 09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Órgãos Sociais

Assembleia-Geral

Presidente

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Secretário

Gustavo Alexandre Dinis Gomes Ferreira

Conselho de Administração

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogais

João de Faria Rodrigues

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

Vogal Suplente

José Silva Duque

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Soc. de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

Conselho de Administração



Peter Brito e Cunha
Presidente



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente



Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as respectivas Contas da Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) respeitantes ao exercício de 2011.

2.1. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2011 ficou marcado, sobretudo, pelas dificuldades em torno da crise da dívida da Zona Euro. Para além dos receios de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias *core*, como França e Áustria. A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na Zona Euro resultaram numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, um efeito particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Neste contexto, os líderes da UE acordaram, já no final do ano, um reforço das regras de consolidação e controlo orçamental.

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do sector financeiro, reflectiram-se também nos mercados accionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus. Nos EUA, a política monetária mais agressiva do *Fed* e as perspectivas relativamente positivas para a actividade económica resultaram num desempenho menos desfavorável dos principais índices accionistas.

2.1.1. Situação Económica Internacional

O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,7% em 2011, em desaceleração face ao registo de 3,0% observado no ano anterior, traduzindo os impactos negativos de alguns choques externos sobre a economia americana. Estes incluíram os efeitos na produção resultantes do tremor de terra do Japão, a subida do preço do petróleo ou os reflexos da crise da dívida europeia. O menor dinamismo do investimento (cujo crescimento anual diminuiu de 17,9% para 4,7%) e a contração no consumo público (-2,1%), constituíram as razões fundamentais daquela evolução, uma vez que o consumo privado apresentou uma relativa sustentação (expansão de 2,2% em 2011, após registo de 2,0% em 2010).

Dada a ausência de suporte dos mercados accionistas e do mercado habitacional, que tradicionalmente sustentam o consumo das famílias, o crescimento deste agregado resultou fundamentalmente de uma melhoria no mercado de trabalho e da tendência de descida da taxa de poupança. Assistiu-se, no conjunto do ano, à criação de mais de 1,6 milhões novos empregos e à redução da taxa de desemprego de 9,6% para 9,0% da população activa entre o primeiro e o último mês do ano. Por seu lado, a taxa de poupança recuou de 5,2% para 4,0% do rendimento disponível no mesmo período.

A inflação homóloga fechou o ano em 3,0%, acima do *target* definido pela autoridade monetária (de 2,0%), mas com uma tendência claramente decrescente e com as expectativas de crescimento dos preços ancoradas no médio prazo. Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu, até final do 1º semestre, o 2º programa de *quantitative easing* (QE2), completando a aquisição de 600 mil milhões de dólares de *Treasuries* de longo prazo e manteve a *target rate dos fed funds* em níveis historicamente baixos

(no intervalo entre 0% e 0,25%). A relativa falta de tracção da retoma da actividade levou a Reserva Federal a adoptar medidas adicionais de política monetária na segunda metade de 2011, nomeadamente, anunciou a intenção de manter os juros de referência em níveis excepcionalmente baixos até, pelo menos, meados de 2013.

Na Zona Euro, depois de uma expressiva aceleração no início do ano, graças à forte expansão do investimento, e em particular do investimento em construção, beneficiando de condições climáticas favoráveis, a economia da Zona Euro registou uma desaceleração gradual ao longo do ano de 2011, tendo-se registado uma contracção da actividade no 4º trimestre.

O crescimento anual da Zona Euro foi, assim, de 1,5%, em desaceleração face ao registo de 1,9% no ano anterior. Embora o crescimento da principal economia da área, a Alemanha, tenha sido forte (de 3,0% no conjunto do ano), o desempenho foi muito heterogéneo entre Estados-membros, tendo grande parte da Zona Euro registado um crescimento muito mais contido, com variações anuais negativas do PIB na Grécia e em Portugal, e com registos inferiores a 1,0% em Espanha e Itália. O acentuado esforço de consolidação orçamental exerceu um efeito mais restritivo sobre a actividade nestas economias.

O abrandamento a que se assistiu no decurso do ano deveu-se não só ao forte esforço de consolidação orçamental (em termos agregados, o défice orçamental da Zona Euro reduziu-se de 6,2% do PIB em 2010 para 4,1% do PIB em 2011), mas também à desaceleração evidenciada pelo consumo privado num contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho (a taxa de desemprego ascendeu a 10,4% da população activa). As exportações registaram igualmente uma desaceleração, reflectindo o abrandamento da procura externa, em especial das economias emergentes, e a apreciação do euro registada na primeira metade do ano.

O aumento dos níveis de incerteza e das tensões observadas nos mercados financeiros, particularmente os de dívida pública, e a secagem de liquidez no mercado monetário interbancário, sobretudo a partir do Verão, penalizaram os níveis de confiança dos agentes e dificultaram o financiamento dos bancos a nível europeu, num contexto de crescente interligação entre a evolução dos mercados de dívida pública e o sector bancário. As exigências de recapitalização dos bancos europeus e as maiores dificuldades dos bancos no acesso aos mercados monetário e de crédito conduziram a maior restritividade na concessão de crédito a famílias e empresas, contribuindo também para a moderação do consumo e do investimento

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 2,7%, após o registo de 1,6% em 2010, um agravamento que se deveu essencialmente ao impacto da subida de preços da energia (com destaque para o preço dos combustíveis) e da alimentação.

Os riscos de que os aumentos de preços pudessem, a prazo, repercutir-se numa evolução em alta dos salários levaram o Banco Central Europeu a elevar a taxa de juro de referência de 1,0% para 1,5%, em dois movimentos ocorridos em Abril e Julho. No entanto, a deterioração do cenário de crescimento e a acentuada quebra da confiança observada sobretudo a partir do Verão, num contexto de ausência de pressões inflacionistas relevantes, levaram a autoridade monetária europeia a reduzir aquela taxa em Novembro e Dezembro, regressando ao nível de 1,0%.

Relativamente às medidas não-convencionais de política monetária, que visam minimizar as tensões e a instabilidade dos mercados financeiros, o BCE forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência de liquidez a montantes ilimitados aos prazos de 1 semana e 1 mês a taxa fixa e a 3 meses à taxa média que vigorava no período. Para além disso, a autoridade monetária anunciou duas novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (3 anos), aos montantes solicitados pelos bancos e à taxa média das operações principais de refinanciamento em vigor ao longo do período correspondente.

2.1.2. Situação Económica Nacional

Em Portugal, o ano de 2011 foi marcado pelos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro e pelo início da execução do programa de ajustamento financeiro. A deterioração das condições de financiamento associadas ao aumento da aversão ao risco por parte dos investidores foi acentuada, no caso de Portugal, pelas revisões em baixa do *rating* da dívida soberana (que fechou o ano de 2011 em BBB- no caso da notação atribuída pela S&P e em Ba2, no caso da Moody's). A *yield* dos títulos de dívida pública a 10 anos subiu de 6,6% para 13,36% no conjunto do ano, com o *spread* face aos títulos da dívida alemã a aumentar 789 pontos base, para 1 153 pontos base.

O programa de ajustamento financeiro acordado com o FMI/UE/BCE, envolvendo o financiamento da economia portuguesa num montante global de 78 mil milhões de euros, começou a ser implementado em Maio de 2011, tendo sido objecto de duas avaliações favoráveis por parte dos credores oficiais. Ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para um valor próximo de 4,0% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um importante esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

Registaram-se igualmente progressos importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações no mercado de trabalho, que aumentam a flexibilidade e tenderão a reduzir os custos por unidade produzida, com impactos positivos sobre a competitividade; (ii) a reforma no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das *golden shares*, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do sector dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e na electricidade e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma contracção da procura interna em 2011, registando-se quedas no consumo público e privado (em torno de 3,0%, em termos médios anuais) e no investimento (próxima de 11,0%). As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram, no entanto, um crescimento elevado (próximo de 7,0% em termos reais), com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia.

Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB, que atingiu 1.5% em 2011. Esta evolução das exportações contribuiu ainda, em conjunto com o processo de *deleverage* em curso entre os diversos sectores da economia, para uma redução significativa do défice externo, de 8,8% do PIB para um valor em torno de 6,1% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2,0% do PIB. O *stock* das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% do PIB observado em 2009.

2.1.3. Mercado Segurador

Depois da expansão registada no ano anterior, 2011 foi um ano de contracção sem paralelo da produção de seguro directo, que recuou para um volume inferior ao de 2005. Os prémios emitidos ascenderam a 11 666 milhões de euros, o que representa uma quebra de 4 674 milhões de euros (-28,6%) em relação ao ano anterior.

A produção do ramo Vida foi a principal responsável por este comportamento negativo. Com prémios de 7 533 milhões de euros e uma

taxa de variação de -38,1%, o segmento Vida diminuiu em quase 10 p.p. a quota no total da produção (de 74,5%, em 2010, para 64,6% em 2011). Na base desta evolução esteve a comercialização de produtos financeiros do ramo Vida, em particular de produtos de bancasseguros. A profunda necessidade de financiamento dos bancos levou os respectivos grupos financeiros a privilegiar a comercialização de produtos que captassem poupanças para os seus balanços (sobretudo depósitos a prazo), em detrimento de outros que geram essencialmente receitas de comissões, como produtos de seguros e fundos de investimento. Também a queda do rendimento disponível dos particulares e as alterações ao nível dos incentivos fiscais dos PPR contribuíram para os resultados negativos do ramo Vida.

No segmento Não Vida o decréscimo da produção foi relativamente marginal, afectando com maior intensidade alguns ramos mais sensíveis a variáveis económicas, mas não inibindo o crescimento moderado de outros. O volume de prémios atingiu 4 133 milhões de euros (-0,9% em relação ao ano anterior) com destaque positivo para o ramo Saúde (+1,5%) demonstrando o crescente interesse dos consumidores por esse tipo de protecção embora a difícil conjuntura económica que famílias e empresas atravessam condicionasse a sua expansão. Também os ramos Multirriscos (+2,3%), em especial Habitação e Comércio, mantiveram um ritmo de crescimento consistente com a tendência dos últimos anos, expressando uma maior preocupação de protecção em tempos de incerteza.

Com uma evolução negativa continua o ramo Acidentes de Trabalho (-3,7%), reflexo da redução do emprego e da contenção da massa salarial da economia. O ramo Automóvel manteve basicamente estagnado o seu volume de prémios (-0,8%).

O peso da actividade seguradora no PIB diminuiu de 9,25% em 2010 para 6,48% em 2011. O segmento Vida representa 4,18% do PIB e o Não Vida representa 2,29% (6,89% e 2,36% em 2010, respectivamente).

De acordo com as contas provisórias do sector segurador, o resultado líquido do exercício em 2011 atingiu os 43 milhões de euros, que compara com 414 milhões de euros em 2010. Esta quebra de rentabilidade da actividade seguradora incidiu naturalmente sobre o ramo Vida, onde se concentra cerca de 80% da carteira de investimentos gerida pelo sector, fortemente afectada pela conjuntura adversa dos mercados de capitais. A componente técnica apresentou uma relativa estabilidade pois a diminuição dos prémios e o aumento dos montantes pagos, principalmente em resgates e vencimentos, foram compensados pela redução da provisão matemática.

Embora sem a expressão do ramo Vida, a queda da componente financeira (-42,8%) também afectou o resultado do segmento Não Vida. O saldo da conta técnica sofreu uma melhoria (+29,4%) face ao ano anterior, resultado da contenção dos custos com sinistros.

Em 2011, o mercado de seguro directo continuou a crescer de forma sustentada tendo registado um volume de prémios de 99,1 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 7,6% face a 2010, claramente acima do mercado como um todo. Este crescimento está alicerçado na mudança do comportamento dos consumidores, sobretudo nas zonas urbanas, onde os canais directos têm ganho peso face aos canais tradicionais, e está alinhado com as tendências sentidas nos principais mercados europeus e americano.

Em 2011, a LOGO destaca-se pela ascensão ao 2º lugar entre as seguradoras de canal directo, com uma quota de mercado de 23,6% (21,7% em 2010).

2.2. Factos Relevantes em 2011

Após o primeiro triénio de actividade, em que o principal objectivo estava centrado no crescimento da carteira e obtenção de uma escala mínima, 2011 marca o primeiro ano do triénio em que o enfoque é a rentabilização da operação, com vista à obtenção do *break-even* nos próximos anos.

Neste contexto de consolidação e optimização da operação, a LOGO registou um crescimento claramente acima do mercado, tendo os Prémios crescido 16,8%.

Este facto, permitiu à LOGO reforçar a sua posição como segunda seguradora directa (em termos de prémios do ramo automóvel), com uma quota de mercado de 24% em apenas 4 anos (ramo automóvel) – bem acima do objectivo de 20% que tinha sido traçado e ultrapassando assim uma das seguradoras incumbentes do mercado directo.

Também os dados do BASEF de seguros indicam que a LOGO reforçou o segundo lugar enquanto seguradora directa em termos de “Top of Mind” e de “Notoriedade Espontânea” (além de quota de mercado em termos de particulares).

Os mesmos dados atestam que a LOGO é mesmo a seguradora directa mais inovadora no mercado (por ponto de quota), facto associado ao posicionamento global da seguradora e à sua proposta de valor, desde a comunicação até à forma eficiente como resolve as situações dos seus clientes.

Paralelamente ao sucesso comercial e à confirmação da estratégia de negócio definida, 2011 fica também marcado pelo esforço de optimização da operação, tanto a nível do rácio de sinistralidade, como do rácio de despesa.

Assim, a taxa de sinistralidade teve uma redução substancial (-8,9 p.p.), assente sobretudo na redução de frequência, em resultado das acções tomadas desde meados de 2010 e que foram reforçadas em 2011.

Por outro lado, e também dado que a empresa entrou no seu quarto ano de actividade foi aprofundada a optimização dos custos de operação, o que permitiu uma redução de 13,1% dos Custos com Pessoal e com Fornecimentos e Serviços Externos.

Todos estes factos contribuíram decisivamente para melhorar o resultado líquido em quase 50%, isto apesar de um contexto dos mercados financeiros extremamente desfavorável.

Finalmente, em 2011 foi igualmente efectuada a migração total da plataforma de sistemas da LOGO, facto que estava previsto desde o lançamento da empresa mas que acabou por ter de ser antecipado em função do sucesso obtido. Esta migração era fundamental para dotar a empresa de um sistema que lhe permitisse continuar a crescer a carteira de contratos e que assegurasse uma plataforma que permita também a diversificação da oferta de uma forma mais simples, rápida e eficiente.

Integrando o Grupo Espírito Santo (é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.), a LOGO insere-se na estratégia multi-especialista e multi-canal de abordagem ao mercado que o Grupo tem vindo a seguir nos últimos anos.

A LOGO terminou o ano de 2011 com o capital social de 20 milhões de euros.

2.3. Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

(milhares de euros)			
Principais Variáveis	2011	2010	Var 11/10%
Balanço			
Investimentos	17 395	16 417	6,0
Activo líquido	31 744	27 016	17,5
Capital próprio	6 019	5 237	14,9
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	23 356	20 005	16,8
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	11 390	7 637	49,1
Custos com sinistros	19 881	16 493	20,5
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	11 572	9 287	24,6
Custos e gastos de exploração líquidos	5 635	6 700	-15,9
Resultado da actividade financeira	255	845	-69,8
Resultado líquido	-4 300	-7 988	46,2
Indicadores (%)			
Taxa de sinistralidade*	87,0	95,9	-8,93 p.p.
Gastos de exploração líquidos / Prémios brutos emitidos	24,1	33,5	-9,37 p.p.
Resultado líquido / Prémios brutos emitidos	-18,4	-39,9	21,52 p.p.
Rácio combinado bruto de resseguro	115,6	144,4	-28,80 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	117,0	143,7	-26,66 p.p.
Rácio de solvência	105,5	102,7	2,80 p.p.

* Taxa de sinistralidade = (custos com sinistros brutos com custos imputados / prémios adquiridos).

2.4. A Actividade da LOGO em 2011

2.4.1. Prémios de Seguro Directo

O volume de prémios de seguro directo ascendeu a 23 356 milhares de euros em 2011, o que significa um crescimento de 16,8% em relação a 2010 (i.e. aumento da produção em 3 351 milhares de euros de prémios brutos emitidos), num mercado de canal directo que cresceu 7,6% em 2011.

Face ao mercado de canal directo auto, a seguradora tem vindo a ganhar quota de mercado, atingindo 23,8% em Dezembro 2011 (22,0% em Dezembro 2010, com 3 anos de actividade).

(milhares de euros)			
Prémios Brutos Emitidos	2011	2010	Var 11/10%
Incêndio e Danos	191	143	33,6
Multirriscos	191	143	33,6
Automóvel	20 421	17 879	14,2
Automóvel danos próprios	4 851	4 244	14,3
Automóvel RC	14 344	12 523	14,5
Automóvel ocupantes	1 226	1 112	10,3
Diversos	2 744	1 983	38,4
Assistência em viagem auto	2 744	1 983	38,4
Total	23 356	20 005	16,8

2.4.2. Custos com Sinistros de Seguro Directo

Os custos com sinistros apresentaram uma variação homóloga de +3 388 milhares de euros (+20,5%), que se justifica essencialmente pelo aumento da carteira de prémios, já que os prémios adquiridos também apresentaram um aumento de +5 657 milhares de euros (+32,9%).

A taxa de sinistralidade calculada através do rácio de custos com sinistros brutos / prémios brutos adquiridos, situou-se em 87,0%.

(milhares de euros)			
Custos com Sinistros	2011	2010	Var 11/10%
Incêndio e Danos	95	14	578,6
Multirriscos	95	14	578,6
Automóvel	19 782	16 479	20,0
Automóvel danos próprios	5 452	4 076	33,8
Automóvel RC	14 211	12 273	15,8
Automóvel ocupantes	119	130	-8,5
Diversos	4	0	
Assistência em viagem auto	4	0	
Total	19 881	16 493	20,5

2.4.3. Variação das Provisões Técnicas de Seguro Directo

A variação das provisões técnicas de seguro directo ascendeu a -1 434 milhares de euros, o que significa um decréscimo de 3 961 milhares de euros (-156,7%) face a 2010. Para tal contribuiu o decréscimo da variação das provisões para prémios não adquiridos e riscos em curso, função do aumento da carteira e maior estabilização da operação.

(milhares de euros)			
Variação das Provisões Técnicas	2011	2010	Var 11/10%
Provisão prémios não adquiridos	505	2 811	-82,0
Custos aquisição diferidos	-101	-562	82,0
Provisão riscos em curso	-1 838	278	-761,2
Total	-1 434	2 527	-156,7

2.4.4. Resseguro Cedido

Comparativamente a 2010, em 2011 o saldo de resseguro cedido foi negativo em -338 milhares de euros, o que representou uma quebra de 469 milhares de euros.

(milhares de euros)			
Resseguro Cedido	2011	2010	Var 11/10%
Incêndio e Danos	-14	-10	-40,0
Multirriscos	-14	-10	-40,0
Automóvel	1 934	1 587	21,9
Automóvel danos próprios	691	541	27,7
Automóvel RC	1 608	1 383	16,3
Automóvel ocupantes	-365	-337	-8,3
Diversos	-2 258	-1 446	-56,2
Assistência em viagem auto	-2 258	-1 446	-56,2
Total	-338	131	-358,0

2.4.5. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro foi positivo em 5 150 milhares de euros (2010: 1 524 milhares de euros), i.e. com um aumento de 238%, resultado da evolução da receita acumulada, apesar do aumento dos custos com sinistros, e variação das provisões técnicas.

2.4.6. Custos e Gastos de Exploração

Os gastos de exploração líquidos, no montante de 5 635 milhares de euros, reflectiram essencialmente os custos incorridos com publicidade e comunicação, despesas de maior relevância numa seguradora directa nos

seus primeiros anos de actividade. Esta rubrica apresenta uma redução significativa de -15,9%, no valor de 1 065 milhares de euros, em função das iniciativas de ganhos de eficiência e do facto de a marca estar já consolidada.

(milhares de euros)			
Gastos de Exploração Líquidos	2011	2010	Var 11/10%
Custos de aquisição	7 004	7 876	-11,1
Custos administrativos	1 445	1 306	10,6
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2 814	-2 482	-13,4
Total	5 635	6 700	-15,9

2.4.7. Investimentos

O ano de 2011 ficou marcado pela crise da dívida europeia e o impacto desta na “economia real”, particularmente na Europa, devido à restrição do crédito a empresas e particulares, e pelo abrandamento económico a nível global. As economias emergentes não ficaram imunes, estando expostas através das exportações e dos fluxos de capitais, que direccionando-se menos para estas economias, condicionaram assim a sua expansão.

Entre as economias desenvolvidas o destaque vai para os indicadores positivos das economias americana e alemã. Nos EUA, apesar da desaceleração do crescimento esperado para 2011 os piores cenários que previam uma nova recessão foram postos de lado. No conjunto do ano o crescimento do PIB deverá ser de 1,7%, um abrandamento face aos 3% registados no ano anterior. O mercado de trabalho apresentou um maior dinamismo, especialmente no final do ano, com a criação de postos de trabalho a subir para os valores mais altos desde a crise de 2008-09 e a taxa de desemprego a descer para 9,0%, face aos 9,6% do final de 2010.

Na Europa, a crise da dívida penalizou o crescimento em 2011, pressão que se foi sentindo nas economias centrais após o Verão, com o aumento da pressão sobre a Espanha e Itália, assombando as expectativas de crescimento para o final de 2011 e primeiro semestre de 2012. Em termos individuais, a Alemanha deverá ter registado em 2011 um crescimento perto de 3%, enquanto as economias de Portugal e da Grécia devem registar uma variação negativa no conjunto do ano.

O ano de 2011 ficou marcado pela crise da dívida soberana europeia e pela indecisão política das medidas necessárias a adoptar para a ultrapassar. Com o aumento das *yields* das obrigações e a forte dificuldade do Estado de obter financiamento junto dos mercados internacionais, Portugal teve de recorrer, em Abril, a um empréstimo do FMI/EU/BCE no montante de 78 mil milhões de euros. No Verão, com o aumento repentino das *yields* de Itália e Espanha a crise alastrou-se para os países do centro europeu, colocando a crise da dívida europeia como sistémica e podendo colocar em causa o projecto da moeda única. A crise da dívida teve também o seu impacto político, com os governos de Portugal, Irlanda, Espanha, Grécia e Itália a mudarem durante o ano de 2011.

O ano ficou ainda marcado pelos sucessivos cortes de *rating* pelas três principais agências americanas (S&P, Fitch e Moody's) dos emittentes soberanos e bancos europeus, com Portugal a ver revisto em baixa sucessivamente o seu *rating* até à categoria de *non-investment grade*. Os EUA também não escaparam a esta tendência e perderam o *rating* AAA pela S&P.

O Banco Central Europeu (BCE) aumentou a taxa de referência por duas vezes até ao Verão, passando de 1% para 1,5%, reagindo ao aumento da inflação que chegou aos 3%, em termos anuais, em meados do ano. Contudo, com o alastrar da crise da dívida europeia às economias *core* e os riscos inerentes para o crescimento económico, levaram o BCE a reverter a sua política e repor, no último trimestre do ano com o novo governador Mario Draghi, a taxa de juro no seu mínimo histórico de 1%.

Face às restrições existentes no mercado interbancário, o BCE adoptou uma série de medidas não convencionais, nomeadamente, a concessão de liquidez em operações a 3 anos, a flexibilização das regras de aceitação de colaterais, um novo programa de compra de obrigações hipotecárias e a redução do montante das reservas obrigatórias junto do BCE.

Nos mercados accionistas, as *performances* bolsistas em 2011 foram negativas a nível global, tendo o mercado americano apresentado a melhor *performance* ao manter-se inalterado (medido pelo índice S&P 500). Na Europa, a situação foi bem mais grave em relação à fuga do investimento (Eurostoxx 50 -17%). Portugal foi fortemente penalizado (PSI 20 -27,6%), principalmente, depois de ter recorrido ao empréstimo do FMI/UE/BCE. Mesmo os mercados emergentes que apresentam melhores perspectivas de crescimento a médio/longo prazo não fugiram às quedas (MSCI EM -20,4%).

Os mercados accionistas foram penalizados pela crise da dívida europeia durante o ano de 2011 e pelos cenários de uma eventual desagregação da zona euro ou saída de alguns dos seus Estados-Membros. Os meses de Verão foram especialmente penalizadores para as rentabilidades, com o alastrar da crise a Espanha e Itália a penalizar fortemente o sentimento dos investidores.

A política financeira da LOGO centrou-se no investimento em obrigações de taxa fixa e aplicações de curto prazo. No final do ano, com o agravar da crise da dívida pública europeia, o investimento foi canalizado para dívida pública dos países do *core* europeu e com *rating* AAA. O nível de liquidez foi mantido em níveis robustos, como medida de precaução e de aproveitamento da elevada remuneração existente nos depósitos a prazo junto das principais instituições bancárias nacionais. A reduzida dimensão da carteira de investimentos, limitou a dispersão do investimento por outras classes de investimento, nomeadamente, sobre o mercado accionista. Não foi efectuado qualquer investimento sobre este mercado, quer sob a forma directa quer sob a forma de fundo de investimento, limitando desta forma o impacto da volatilidade registada nesta classe de activos.

No segmento obrigacionista manteve-se a política de privilegiar maturidades relativamente curtas de 3/5 anos, investindo-se em emitentes que permitisse a manutenção do *rating* médio do *portfolio* em A2/A. Após o pedido de empréstimo de Portugal e o sucessivo corte de *rating* dos emitentes portugueses, mantiveram-se os níveis de investimento em emitentes nacionais. Contudo, este passou a ser focalizado em oportunidades de curto prazo, nomeadamente em obrigações com maturidade inferior a 1 ano e, principalmente, em emissões no mercado primário de Bilhetes do Tesouro com maturidade de 3 meses com *yields* próximas dos 5%. Os sucessivos *downgrades* sobre Portugal conduziram à degradação do *rating* médio da carteira pelo que no final do ano se aumentou significativamente o investimento em dívida de curto prazo com *rating* mínimo de A2/A, nomeadamente, em Bilhetes do Tesouro de Espanha e Itália.

(milhares de euros)			
Activos Sob Gestão	2011	2010	Var 11/10%
Obrigações	12 711	11 199	13,5
Taxa fixa	11 554	10 326	11,9
Taxa variável	1 157	873	32,5
Liquidez	2 462	5 300	-53,5
Total	15 173	16 499	-8,0
Operações de reporte	922		
Activos a deter até à maturidade	2 469		

A carteira de investimentos apresenta no final do ano um decréscimo de -1 326 milhares de euros (-8,0%), face a 2010. Esta evolução resulta essencialmente da necessidade de libertação de fundos para actividade

operacional, apesar do reforço das Prestações Acessórias no valor de 5 100 milhares de euros, verificado durante o ano.

Com o agravar da crise da dívida soberana, a generalidade dos bancos portugueses foi forçada a aumentar o financiamento junto do BCE, dando como garantia activos cedidos pelas empresas de seguros integradas no seu Grupo Económico. Estas operações, designadas de operações de reporte, para as empresas de seguros configuram-se como formas adequadas de risco reduzido, que permite alcançar uma maior rentabilidade e uma gestão mais eficaz das carteiras de investimentos. Neste contexto a LOGO, iniciou a utilização destes instrumentos no final do terceiro trimestre, tendo terminado o ano com um valor líquido, alocado a estas operações em cerca de 922 mil euros.

A Norma Regulamentar N.º 4/2011-R, de 2 de Junho, emitida pelo ISP, veio permitir relevar para fins de solvência os activos contabilísticos classificados em “Investimentos a deter até à maturidade” ao seu custo amortizado. Este normativo promove a consistência do regime prudencial com os novos princípios de relato financeiro garantindo-se, igualmente, um adequado nível de protecção dos tomadores de seguros e beneficiários. A LOGO adoptou este procedimento retroactivamente, desde 1 de Janeiro de 2011, terminando o ano com 2 469 milhares de euros, contabilizados nesta classe.

(milhares de euros)			
Resultado da Actividade Financeira ⁽¹⁾	2011	2010	Var 11/10%
Rendimentos	623	487	27,9
Títulos	623	487	27,9
Ganhos e Perdas	33	358	-90,8
Títulos	33	358	-90,8
Imparidades / Reversão	-400	0	
Títulos	-400	0	
Total	256	845	-69,7

(1) Valores apurados numa óptica de gestão. Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro.

Ao nível dos resultados financeiros, o ano de 2011, apresenta uma diminuição homóloga de -589 milhares de euros (-69,7%). O ano ficou marcado pelo registo de imparidade sob a dívida pública da Grécia, no valor de -400 milhares de euros, e pela redução de ganhos realizados na alienação de obrigações, no valor de -324 milhares de euros, face a 2010. Relevo para o crescimento dos rendimentos gerados, que registaram um crescimento de 27,9%.

A rentabilidade dos activos médios sobre o resultado financeiro situou-se nos 1,6%, o que compara com a taxa homóloga de 5,8%.

2.4.8. Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2011, os capitais próprios foram penalizados pelo registo de um resultado líquido do exercício de -4 299 738,22 euros.

No final do ano, a reserva de reavaliação, rubrica de ajustamentos no justo valor de activos financeiros, apresentava um valor de -1 070 milhares de euros (uma variação de -25 milhares de euros em relação a 2010).

Porém, estes efeitos negativos foram compensados pelo reforço de capital próprio, através do aumento de prestações acessórias realizadas no montante de 5 100 milhares de euros.

Assim, relativamente ao ano anterior, o capital aumentou 782 milhares de euros, totalizando 6 019 milhares de euros em 2011.

A margem de solvência a 31 de Dezembro de 2011 situou-se em 105,5% (102,7% em 2010).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2011	2010	Var 11/10%
Capital social	20 000	20 000	
Outros instrumentos de capital	17 500	12 400	41,1
Reservas de reavaliação	-1 070	-1 045	-2,4
Reserva por impostos diferidos	284	277	2,5
Resultados transitados	-26 395	-18 407	-43,4
Resultado líquido	-4 300	-7 988	46,2
Total	6 019	5 237	14,9

De referir que, os actuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da actividade seguradora se encontrar ultrapassado pelos níveis do rácio de solvência mencionados.

2.4.9. Gestão de Risco, Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o Grupo Tranquilidade, no qual a LOGO se insere, prosseguiu, no decorrer do ano 2011, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Prevê-se, no entanto que esta Directiva possa ser substancialmente alterada, quer no seu âmbito, quer ainda na data limite de transposição, com a publicação da Directiva Omnibus II no final do primeiro semestre de 2012.

Pese embora tal facto, no decurso do ano 2011, foram desenvolvidas várias acções, das quais se destacam as seguintes:

- Desenvolvimento de ferramentas de cálculo de capital económico numa base *standard*;
- Participação activa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II;
- Revisão e actualização do sistema de controlo interno, com o respectivo mapeamento dos processos, riscos, controlos e oportunidades de melhoria identificadas;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas, destacando-se em concreto, para além de outras já existentes, as relativas à Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais e colaboradores com “Funções-Chave”, a política de Recursos Humanos, a política de Gestão de Sinistros ou ainda a Política de Resseguro;
- Monitorização dos eventos comunicados à Companhia através dos mecanismos de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas.

Em matéria de Solvência II foi ainda efectuado o acompanhamento e monitorização das acções previstas no plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido da Companhia em 2011 foi negativo no montante de 4 299 738,22 euros que, nos termos da alínea b) do art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe que seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

2.6. Objectivos para 2012

O ano de 2012 representa o segundo ano do triénio cujo enfoque é a rentabilização da operação, com vista à obtenção do *break-even*.

Neste contexto, os objectivos para 2012 são a continuação do que foi executado em 2011, consolidando o posicionamento de mercado alcançado ao mesmo tempo que se otimiza a operação aos vários níveis, tornando-a ainda mais eficiente, tudo isto potenciado pela utilização da nova plataforma de sistemas implementada em 2011.

Assim, por um lado, em 2012 será concluída a diversificação adicional da oferta, com o lançamento de pelo menos um ramo novo, com vista a fortalecer a posição da LOGO como a seguradora de referência no mercado directo junto do seu cliente alvo, disponibilizando aos seus clientes uma oferta integrada e inovadora de seguros. Este será também um dos catalisadores do programa de retenção já lançado e que visa proporcionar aos clientes mais valor acrescentado.

Por outro lado, e após as eficiências alcançadas em 2011 relativamente ao rácio de despesa, em 2012 será dado um elevado enfoque à optimização dos custos médios com sinistros, desenvolvendo várias acções para reduzir custos a este nível.

Por último, e com base na nova plataforma, 2012 será um ano de melhoria contínua da qualidade, com o objectivo claro de alcançar um novo nível de excelência junto dos clientes.

Estes objectivos visam o cumprimento da missão da LOGO, i.e., (i) continuar a garantir a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, oferecendo-lhes uma proposta de valor baseada na simplicidade e facilidade, com poupança, e (ii) proporcionar aos accionistas um retorno de capital adequado.

2.7. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento ao Accionista, face ao empenho e dedicação dos seus Colaboradores, bem como à imprescindível colaboração prestada pela Tranquilidade, no desenvolvimento da LOGO.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 8 de Março de 2012

O Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)



Demonstrações Financeiras

Balança (Activo) de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações / Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	677		677	82
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	6	10 642	-400	10 242	11 199
Empréstimos e Contas a Receber		4 684		4 684	5 218
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	2 706		2 706	5 218
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros	6	1 978		1 978	
Investimentos a deter até à maturidade	6	2 469		2 469	
Terrenos e Edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros activos tangíveis	10	320	-134	186	147
Inventários					
Goodwill					
Outros activos intangíveis	12	3 257	-930	2 327	1 641
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		8 297		8 297	6 636
Provisão para prémios não adquiridos	4	3 247		3 247	2 950
Provisão para sinistros	4	5 050		5 050	3 686
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		2 439	-145	2 294	1 767
Contas a receber por operações de seguro directo	13	799	-145	654	286
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	1 008		1 008	774
Contas a receber por outras operações	13	632		632	707
Activos por Impostos		336		336	294
Activos por impostos correntes	24	52		52	17
Activos por impostos diferidos	24	284		284	277
Acréscimos e diferimentos	13	232		232	32
Outros elementos do activo					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Activo		33 353	-1 609	31 744	27 016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo DiasO DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da SilvaO DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões LopesO DIRECTOR-GERAL
José Pedro Barros InácioO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Passivo			
Provisões Técnicas		20 064	18 582
Provisão para prémios não adquiridos	4	6 441	6 037
Provisão para Sinistros		11 205	8 289
De vida			
De acidentes de trabalho			
De outros ramos	4	11 205	8 289
Provisão para participação nos resultados			
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade			
Provisão para riscos em curso	4	2 418	4 256
Outras provisões técnicas			
Outros Passivos Financeiros		2 965	308
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5	2 965	308
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		1 454	1 194
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	16	23
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	619	598
Contas a pagar por outras operações	13	819	573
Passivos por Impostos		471	426
Passivos por impostos correntes	24	471	426
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	771	1 269
Outras provisões			
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		25 725	21 779
Capital Próprio			
Capital	25	20 000	20 000
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	17 500	12 400
Reservas de Reavaliação		-1 070	-1 045
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	-1 070	-1 045
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	284	277
Outras reservas			
Resultados transitados		-26 395	-18 407
Resultado do exercício		-4 300	-7 988
Total Capital Próprio		6 019	5 237
Total Passivo e Capital Próprio		31 744	27 016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRECTOR-GERAL
José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	31 de Dezembro de 2011				31 de Dezembro de 2010
	Notas do Anexo	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		11 390		11 390	7 637
Prémios brutos emitidos	14	23 356		23 356	20 005
Prémios de resseguro cedido	14	-11 758		-11 758	-10 227
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-505		-505	-2 811
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	297		297	670
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	11 572		11 572	9 287
Montantes pagos		10 057		10 057	6 428
Montantes brutos		17 002		17 002	12 409
Parte dos resseguradores		-6 945		-6 945	-5 981
Provisão para sinistros (variação)		1 515		1 515	2 859
Montante bruto		2 879		2 879	4 084
Parte dos resseguradores		-1 364		-1 364	-1 225
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-1 838		-1 838	278
Participação nos resultados, líquida de resseguro					
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	5 635		5 635	6 700
Custos de aquisição		7 105		7 105	8 438
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-101		-101	-562
Gastos administrativos		1 445		1 445	1 306
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-2 814		-2 814	-2 482
Rendimentos	16	644		644	487
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		644		644	487
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros					
Gastos Financeiros	16	32		32	12
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		32		32	12
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas	17	33		33	358
De activos disponíveis para venda		25		25	358
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade		8		8	
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Diferenças de câmbio					
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)		-400	-75	-475	75
De activos disponíveis para venda	6	-400		-400	
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		-75	-75	75
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-95		-95	-170
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/gastos	20		-384	-384	-91
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido antes de Impostos		-3 829	-459	-4 288	-7 981
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-12	-12	-7
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
Resultado Líquido do Exercício		-3 829	-471	-4 300	-7 988
Resultado por Acção (em euros)	27			-1,08	-2,00

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRECTOR-GERAL
José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

LOGO[®]

Simples, logo seguro.



AUTO



CASA

04

Demonstração do Rendimento Integral

04

Demonstrações do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	-4 300	-7 988
Variação de justo valor dos activos disponíveis para venda	-25	-1 142
Variação dos impostos correntes e diferidos	7	303
Total do Rendimento Integral	-4 318	-8 827

LOGO[®]

Simples, logo seguro.



AUTO



CASA



Mapa de Variação de Capitais Próprios

05

Mapa de Variação de Capitais Próprios

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanço a 1 de Janeiro 2010	20 000	3 900	97	-26	0	0	-10 890	-7 517	5 564
Aumentos/reduções de capital		8 500							8 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-1 142	303					-839
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-7 517	7 517	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	8 500	-1 142	303	0	0	-7 517	7 517	7 661
Resultado líquido do período								-7 988	-7 988
Balanço a 31 de Dezembro 2010	20 000	12 400	-1 045	277	0	0	-18 407	-7 988	5 237
Aumentos/reduções de capital		5 100							5 100
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-25	7					-18
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-7 988	7 988	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	5 100	-25	7	0	0	-7 988	7 988	5 082
Resultado líquido do período								-4 300	-4 300
Balanço a 31 de Dezembro 2011	20 000	17 500	-1 070	284	0	0	-26 395	-4 300	6 019

LOGO[®]

Simple, logo seguro.



AUTO



CASA



Demonstração de Fluxos de Caixa

06

Demonstração
de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Fluxos de Caixa de Actividades Operacionais	-3 710	-4 263
Resultado líquido do exercício	-4 300	-7 988
Depreciações e amortizações do exercício	634	435
Variação das provisões técnicas de seguro directo	1 482	6 628
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-1 661	-1 896
Variação de empréstimos e contas a receber	-1 978	254
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-527	-973
Variação de outros activos e passivos por impostos	3	-224
Variação de outros activos e passivos	2 377	40
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	260	-539
Fluxos de Caixa de Actividades de Investimento	-795	-4 320
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	289	-810
Juros	668	459
Variação nos activos a deter até à maturidade	-2 469	-
Variação em outros depósitos	2 512	-2 918
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-1 795	-1 051
Fluxos de Caixa de Actividades de Financiamento	5 100	8 500
Distribuição de dividendos	-	-
Subscrição de capital/Prestações acessórias	5 100	8 500
Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	595	-83
Caixa e equivalentes no início do período	82	165
Caixa e equivalentes no fim do período	677	82

LOGO[®]

Simple, logo seguro.



AUTO



CASA



Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

Nota 1 – Informações Gerais

A Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) foi constituída em finais de 2007, é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., e iniciou a actividade em 01 de Janeiro de 2008, tendo o lançamento comercial da operação sido efectuado a 14 de Janeiro do mesmo ano.

A Companhia tem sede social na Rua D. Manuel II, 290, no Porto, estando registada com o NIPC 508278600 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto sob o mesmo número.

Exerce a actividade de seguros em Portugal sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1175, de Novembro de 2007.

Desde o lançamento, em Janeiro de 2008, que a LOGO explora o ramo Automóvel, sendo que em Dezembro de 2009 iniciou a exploração do ramo Multirrisco.

A LOGO tem como objectivo explorar o segmento de canais directos (telefone e internet), actuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários, através de uma proposta de valor assente na simplicidade, rapidez e inovação.

As Notas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 – Informação por Segmentos

Até ao momento, a LOGO explora os ramos de seguro Automóvel e Multirrisco, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, para particulares, e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objecto de relato são os das linhas de negócio para os quais a Companhia tem ao dispor dos seus clientes produtos e soluções, e estão, naturalmente, relacionados com o segmento Automóvel e Multirrisco.

A LOGO optou por ter produtos pré-definidos, que vão de encontro às necessidades dos clientes alvo identificados, simplificando fortemente o processo de escolha, disponibilizando neste momento quatro produtos para Automóveis (LOGO Light, LOGO Topping, LOGO Safe e LOGO Max), um produto para Motociclos (LOGO Moto) e um produto para Multirrisco, com possibilidade de protecção do imóvel e/ou recheio (LOGO Casa).

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, segmentada pelas linhas de negócio mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2011	Total Não Vida	IOD	Automóvel	Diversos
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	23 356	191	20 421	2 744
Prémios de resseguro cedido	-11 758	-14	-9 274	-2 470
Prémios brutos adquiridos	22 851	177	20 164	2 510
Resultado dos investimentos	244	1	230	13
Custos com sinistros brutos	19 881	95	19 786	-
Custos de exploração brutos	8 449	79	7 694	676
Resultado técnico	-3 829	-12	-3 399	-418
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	25 170	173	23 677	1 320
Provisões técnicas	20 064	138	18 874	1 052

(milhares de euros)

2010	Total Não Vida	IOD	Automóvel	Diversos
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	20 005	143	17 879	1 983
Prémios de resseguro cedido	-10 227	-10	-8 433	-1 784
Prémios brutos adquiridos	17 194	54	15 504	1 636
Resultado dos investimentos	833	4	790	39
Custos com sinistros brutos	16 493	14	16 479	-
Custos de exploração brutos	9 182	145	8 360	677
Resultado técnico	-7 965	-111	-7 405	-449
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	22 419	100	21 284	1 035
Provisões técnicas	18 582	83	17 641	858

Nota 3 – Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da LOGO agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCEs 07”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2011, a LOGO adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a LOGO adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a LOGO ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 8 de Março de 2012.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.
- Activos financeiros detidos até à maturidade, que inclui activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os activos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

A Companhia adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Activos	Número de Anos
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8
Instalações interiores	5 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim

como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a LOGO cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro cedido.

Benefícios aos empregados

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada

nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Outros benefícios

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho, são de salientar as seguintes que têm impacto nas demonstrações financeiras da LOGO (i) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 e (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua actividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na

aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada de valores de mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

Esta provisão é determinada a partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, e por uma análise actuarial tendo em conta as características específicas do negócio, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanço	2011			2010		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	104	21	83	90	18	72
Automóvel	6 923	1 384	5 539	6 666	1 333	5 333
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	1 024	205	819	790	158	632
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	8 051	1 610	6 441	7 546	1 509	6 037

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2011			2010		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	14	3	11	89	18	71
Automóvel	257	51	206	2 374	475	1 899
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	234	47	187	348	69	279
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	505	101	404	2 811	562	2 249

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	2 325	2 240	85	332
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	922	710	212	338
Diversos	-	-	-	-
Total	3 247	2 950	297	670

A provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	53	11	42	11
Automóvel	11 152	8 278	2 837	4 073
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	11 205	8 289	2 879	4 084

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1 463 milhares de euros (2010: 1 471 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e ainda não reportados (IBNR) e inclui ainda uma estimativa no montante de 616 milhares de euros (2010: 413 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2010 (1)	Sinistros(*) Pagos em 2011 (2)	Provisão para Sinistros(*) em 31.12.2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	11	7	9	5
Automóvel				
Responsabilidade civil	6 901	4 140	4 373	1 612
Outras coberturas	1 377	878	495	-4
Marítimo, aéreo e transpostes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	8 289	5 025	4 877	1 613

(*) Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores.

No ramo Automóvel os reajustamentos resultam de um sinistro ocorrido em anos anteriores, com alguma gravidade, mas cujo impacto é mitigado pelo efeito do resseguro. Os restantes reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	5 050	3 686	1 364	1 225
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	5 050	3 686	1 364	1 225

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 626 milhares de euros (2010: 670 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	47	6	42	95
Automóvel				
Responsabilidade civil	11 595	413	2 207	14 215
Outras coberturas	4 781	160	630	5 571
Marítimo, aéreo e transpostes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	16 423	579	2 879	19 881
Resseguro aceite	-	-	-	-
Total Geral	16 423	579	2 879	19 881

A discriminação dos custos com sinistros 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	2	1	11	14
Automóvel				
Responsabilidade civil	8 356	291	3 626	12 273
Outras coberturas	3 643	116	447	4 206
Marítimo, aéreo e transpostes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	12 001	408	4 084	16 493
Resseguro aceite	-	-	-	-
Total Geral	12 001	408	4 084	16 493

A provisão para riscos em curso reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	2	0	2	-
Automóvel	2 183	4 030	-1 847	277
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	233	226	7	1
Diversos	-	-	-	-
Total	2 418	4 256	-1 838	278

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à variação da provisão para riscos em curso de seguro directo.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão de apólice e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efectuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro directo com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, comparando os custos efectivos com estimativas anteriores é como segue:

(milhares de euros)

	2008	2009	2010	2011
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos.	1 723	4 172	8 246	11 135
Pagamentos acumulados				
Um ano depois	1 004	3 192	5 025	
Dois anos depois	1 074	3 500		
Três anos depois	1 084			
Estimativa final de custos com sinistros				
Um ano depois	1 629	4 963	9 901	
Dois anos depois	1 842	5 295		
Três anos depois	2 001			
Excedente / (défice) acumulado	-278	-1 123	-1 655	

A LOGO pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. O programa de resseguro em 2011, foi constituído para o ramo de Automóvel por um tratado em Quota Parte e por três tratados em Excedente de Perdas, para o ramo de Assistência por um tratado em Quota Parte e para o ramo Multirrisco por três tratados em Excedente de Perdas, conforme o quadro seguinte:

Ramos	Tipo de Resseguro
Automóvel (responsabilidade civil e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil, danos próprios e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil, danos próprios e ocupantes)	Quota parte
Assistência	Quota parte
Multirrisco (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2011	2010
Custos com sinistros	Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-1 643	-1 494
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-885	-960

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela LOGO, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efectiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro, pelo que dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração. Dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário, porém dado que a LOGO não detém quaisquer imóveis como sua propriedade, não existe exposição a este risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, encontra-se sobretudo nos títulos de rendimento fixo.

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2011	2010
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos activos	332	484
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos activos	-314	-456

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2011	2010
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos passivos	-6	-
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos passivos	6	-

Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco.

(milhares de euros)

Rating	2011		2010	
	%	Valor	%	Valor
AAA	4%	456	4%	480
AA	11%	1 419	33%	3 712
A	39%	5 018	37%	4 129
BBB	24%	3 007	23%	2 521
BB	21%	2 699	3%	357
B	0%	-	0%	-
CCC	1%	112	0%	-
Unrated	0%	-	0%	-
Total	100%	12 711	100%	11 199

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Actividade	2011			2010		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0%	-	-	0%	-	-
Comunicações	5%	608	-	6%	730	-
Bens consumíveis (cíclico)	0%	-	-	0%	-	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	7%	959	-	8%	943	-
Energia	0%	-	-	0%	-	-
Financeiro	33%	4 301	-	43%	4 827	-
Fundos	0%	-	-	0%	-	-
Divida pública	44%	5 824	-400	25%	2 763	-
Industrial	0%	-	-	2%	197	-
Medicina	0%	-	-	0%	-	-
Tecnologia	0%	-	-	0%	-	-
Serviços públicos / Colectivos	11%	1 419	-	16%	1 739	-
Outros	0%	-	-	0%	-	-
Total	100%	13 111	-400	100%	11 199	-

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

A análise de maturidade dos activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

2011	< 1	1-3	3-12	1-5	>5	Total
	Mês	Meses	Meses	Anos	Anos	
Activos financeiros	846	9 298	850	6 470	2 902	20 366
Passivos financeiros	295	4 124	-	-	-	4 419
Líquido	551	5 174	850	6 470	2 902	15 947

(milhares de euros)

2010	< 1	1-3	3-12	1-5	>5	Total
	Mês	Meses	Meses	Anos	Anos	
Activos financeiros	253	6 173	1 334	5 203	5 303	18 266
Passivos financeiros	331	573	598	-	-	1 502
Líquido	-78	5 600	736	5 203	5 303	16 764

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e efectuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação já existentes ou a desenvolver na LOGO face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na LOGO para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a LOGO se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a LOGO apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções da LOGO (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respectivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais

responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;

- Um terceiro nível representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na LOGO encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP n.º 14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a LOGO dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direcção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detectadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas correctivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A LOGO monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	3 692	3 596
Margem de Solvência a Constituir	3 500	3 500
Resultado na óptica dos prémios	2 280	1 781
Resultado na óptica dos sinistros	2 100	1 159
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	3 500	3 500
Fundo de Garantia mínimo legal	3 500	3 500
Excesso/Insuficiência da Margem de Solvência	192	96
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	105%	103%

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de Actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, apresentam os valores abaixo, sendo que os mesmos se encontram condicionados pelo facto de se tratar apenas do quarto ano de actividade da empresa e dos efeitos naturais que daí resultam, reflectindo, no entanto, a evolução esperada do terceiro para o quarto ano:

	(%)	
	2011	2010
Rácio de sinistralidade ^{a)}	79,4%	98,5%
Rácio de aquisição ^{b)}	30,0%	39,4%
Rácio administrativo ^{c)}	6,2%	6,5%
Rácio Combinado	115,6%	144,4%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / Prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / Prémios brutos emitidos.

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Contas a receber	60	33
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-8	-
Total Líquido	52	33

Nota 5 - Outros Passivos Financeiros

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Outros passivos financeiros		
Acordos de recompra - Valores a pagar	2 899	-
Outros	66	308
Valor de Balanço	2 965	308

Os valores de Outros passivos dizem respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira optimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados.

Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Activos financeiros disponíveis para venda	10 242	11 199
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	2 706	5 218
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	2 469	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	15 417	16 417

Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3 421	2 763
De outros emissores	6 821	8 436
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	10 242	11 199

Estão incluídos em 2011 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Activos disponíveis para venda, no valor de 2 363 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	3 154	-391	-	2 763
De outros emissores	9 090	-654	-	8 436
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	12 244	-1 045	-	11 199
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	3 862	-41	-400	3 421
De outros emissores	7 685	-864	-	6 821
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	11 547	-905	-400	10 242

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotações do exercício	400	-
Anulações do exercício por venda de activos	-	-
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	400	-

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respectivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	400	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-
Total	400	-

Investimentos a Deter até à Maturidade

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2 003	-
De outros emissores	466	-
Valor de Balanço	2 469	-
Valor de balanço (sem juro decorrido)	2 436	-
Valor de aquisição	2 404	-
Valor de mercado	1 983	-

Estão incluídos em 2011 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 961 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	-	-	-
De outros emissores	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	2 003	-	2 003
De outros emissores	466	-	466
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	2 469	-	2 469

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 2 407 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Na Data de Transferência							
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos Cash Flows Futuros (a)	Taxa Efectiva (b)	Valor de Mercado em 31.12.2011	Reserva de Justo Valor Amortizada até 31.12.2011
			Positiva	Negativa				
De activos financeiros disponíveis para venda	2 588	2 407	-	-213	2 987	6,7%	1 983	-48

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

(milhares de euros)

	2011
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	
Impacto no capital próprio	
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-485
Reserva por impostos diferidos	140
Total Líquido	-345

Outros Activos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia tem ainda registado, em 31 de Dezembro de 2011, 1 978 milhares de euros de valores a receber referentes a operações de acordos de revenda.

Justo Valor de Activos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2011		2010	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	677	677	82	82
Empréstimos e contas a receber	4 684	4 684	5 218	5 218
Investimentos a deter até à maturidade	1 983	2 469	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 294	2 294	1 767	1 767
Activos Financeiros ao Custo Amortizado	9 638	10 124	7 067	7 067
Outros passivos financeiros	2 965	2 965	308	308
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1 454	1 454	1 194	1 194
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	4 419	4 419	1 502	1 502

Tendo em conta que estes activos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

Metodologias de Valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

(milhares de euros)

2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	12 711	-	-	12 711
Total	12 711	-	-	12 711

(milhares de euros)

2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	11 199	-	-	11 199
Total	11 199	-	-	11 199

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Exposição à Dívida Soberana

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2011					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média	Nível de Valorização
Portugal						
Activos financeiros						
disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	2 003	1 576	-	2,8%	3	-
	2 003	1 576	-	2,8%	3	
Grécia						
Activos financeiros						
disponíveis para venda	112	112	-	6,3%	9	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	112	112	-	6,3%	9	
Irlanda						
Activos financeiros						
disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Total	2 114	1 687	-			

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2010					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média	Nível de Valorização
Portugal						
Activos financeiros						
disponíveis para venda	1 478	1 478	-150	4,0%	5	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	1 478	1 478	-150	4,0%	5	
Grécia						
Activos financeiros						
disponíveis para venda	357	357	-163	6,3%	10	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	357	357	-163	6,3%	10	
Irlanda						
Activos financeiros						
disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Total	1 834	1 834	-314			

Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Caixa	-	-
Depósitos em instituições de crédito	677	82
Total	677	82

Nota 10 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários

A Companhia possui activos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Equipamento	320	228
Equipamento administrativo	203	187
Máquinas e ferramentas	8	3
Equipamento Informático	51	38
Instalações interiores	1	-
Despesas edificios arrendados	54	-
Outras imobilizações corpóreas	3	-
Imobilizado em Curso	-	-
Amortizações Acumuladas	-134	-81
Imparidades	-	-
Total Líquido	186	147

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2010	166	-	166
Adições	17	-	17
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-36	-	-36
Abates/Vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	147	-	147
Adições	92	-	92
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-53	-	-53
Abates/Vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	186	-	186

Nota 11 - Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

(milhares de euros)

2011	Seguros Não vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	677	-	677
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	10 242	-	10 242
Empréstimos concedidos e contas a receber	4 684	-	4 684
Investimentos a deter até à maturidade	2 469	-	2 469
Outros activos tangíveis	-	186	186
Outros activos	-	13 486	13 486
Total	18 072	13 672	31 744

(milhares de euros)

2010	Seguros Não vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	82	-	82
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	11 199	-	11 199
Empréstimos concedidos e contas a receber	5 218	-	5 218
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	147	147
Outros activos	-	10 370	10 370
Total	16 499	10 517	27 016

Nota 12 - Activos Intangíveis

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O saldo das rubricas de Outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Outros Intangíveis	3 257	2 590
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	2 517	1 671
<i>Software</i>	367	160
Intangíveis em curso	373	759
Amortizações Acumuladas	-930	-949
Imparidades	-	-
Total Líquido	2 327	1 641

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2010	892	54	59	1 005
Adições	105	-	930	1 035
Amortizações do exercício	-345	-54	-	-399
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	230	-	-230	-
Abates	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	882	-	759	1 641
Adições	470	11	1 222	1 703
Amortizações do exercício	-512	-69	-	-581
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	1 412	196	-1 608	-
Abates	-436	-	-	-436
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	1 816	138	373	2 327

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Amortizações do Exercício de Activos Intangíveis	581	399
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	29	20
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	383	263
Gastos administrativos	169	116
Gastos financeiros		
Outros	-	-

Nota 13 – Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Activos e Ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Activo Bruto	799	356
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	729	323
- reembolsos de sinistros	70	33
Ajustamentos	-145	-70
Recibos por cobrar	-137	-70
Créditos de cobrança duvidosa	-8	-
Activo Líquido	654	286

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e reflectido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	70	145
Dotações do exercício	75	-
Utilizações do exercício	-	-75
Saldo em 31 de Dezembro	145	70

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Resseguradores	1 008	774
Ressegurados	-	-
Total	1 008	774

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Activo Bruto	632	707
Gestão por conta IDS e representadas	601	642
APS	17	36
Outros valores a receber	14	29
Activo Líquido	632	707

O saldo do activo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Gastos Diferidos	232	32
Seguros	1	2
Rendas	8	-
Outsourcing	223	30
Total	232	32

Passivos e Provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	16	23
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	-	-
- Contas correntes	-	-
Co-seguradoras	-	-
Total	16	23

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Resseguradores	619	598
Ressegurados	-	-
Total	619	598

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Entidades relacionadas	14	380
Outros fornecedores de bens e serviços	785	170
Outros valores a pagar	20	23
Total	819	573

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Acréscimo de Custos	771	1 269
- Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	188	195
- Fornecimentos e serviços externos	583	1 074
Total	771	1 269

Nota 14 – Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	191	143	14	89	177	54
Automóvel	20 421	17 879	257	2 375	20 164	15 504
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2 744	1 983	234	347	2 510	1 636
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	23 356	20 005	505	2 811	22 851	17 194

Os prémios brutos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	14	10	-	-	14	10
Automóvel	9 274	8 433	86	332	9 188	8 101
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2 470	1 784	211	338	2 259	1 446
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	11 758	10 227	297	670	11 461	9 557

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida de 2011, conforme formato requerido pelo ISP, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	191	177	95	79	-14
Automóvel	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil	14 344	14 125	14 215	5 102	1 608
Outras coberturas	6 077	6 039	5 571	2,592	326
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	2 744	2 510	-	676	-2 258
Diversos	-	-	-	-	-
Total	23 356	22 851	19 881	8 449	-338
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total Geral	23 356	22 851	19 881	8 449	-338

Nota 16 – Rendimentos/Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Juros	644	487
Activos financeiros disponíveis para venda	345	458
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	165	-
Depósitos, empréstimos e outros activos	134	29
Total	644	487

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	176	100
De outros emissores	334	358
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Depósitos	134	29
Empréstimos e outros activos	-	-
Total	644	487

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Custos imputados à função investimentos	11	12
Juros de acordos de recompra	21	-
Total	32	12

Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respectivas categorias são como segue:

(milhares de euros)

	2011			2010		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor						
Através de Resultados	44	-11	33	361	-3	358
Activos financeiros disponíveis para venda	36	-11	25	361	-3	358
Investimentos a deter até à maturidade	8	-	8	-	-	-
Total	44	-11	33	361	-3	358

Nota 20 - Outros Rendimentos e Gastos

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Outros Rendimentos Técnicos	901	705
Gestão por conta de sinistros	901	705
Outros Gastos Técnicos	996	875
Gestão por conta de sinistros	996	875
Valor do Ganhos e Perdas	-95	-170

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Outros Rendimentos Não Técnicos	88	12
Correcções e acertos	75	3
Outros ganhos	13	9
Outros Gastos Não Técnicos	472	103
Donativos	-	8
Correcções e acertos	-	89
Outros gastos	464	-
Serviços bancários e juros de mora	8	6
Valor do Ganhos e Perdas	-384	-91

O montante de Outros gastos corresponde essencialmente ao abate de sistemas informáticos descontinuados e não totalmente amortizados.

Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros / %)

2011	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	127	17%	477	64%	141	19%	-	0%	745	100%
Fornecimentos e serviços externos	418	6%	6 212	83%	877	12%	4	0%	7 511	100%
Impostos	-	0%	-	0%	244	100%	-	0%	244	100%
Amortizações	34	5%	416	66%	183	29%	1	0%	634	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	6	100%	6	100%
Total	579	6%	7 105	78%	1 445	16%	11	0%	9 140	100%

(milhares de euros / %)

2010	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	134	15%	577	64%	185	21%	-	0%	896	100%
Fornecimentos e serviços externos	251	3%	7 575	88%	774	9%	3	0%	8 603	100%
Impostos	-	0%	-	0%	222	100%	-	0%	222	100%
Amortizações	23	5%	286	66%	125	29%	1	0%	435	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	8	100%	8	100%
Total	408	4%	8 438	83%	1 306	13%	12	0%	10 164	100%

Os montantes dos Custos com pessoal são analisados na Nota 22.

Os montantes dos Fornecimentos e Serviços Externos são decompostos como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Electricidade, água e comunicações	297	360
Despesas de deslocação e representação	22	33
Rendas a alugueres	115	106
Manutenção de equipamento	221	157
Cobrança de prémios	228	187
Publicidade, outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	6 508	7 593
Outros serviços e fornecimentos diversos	120	167
Total	7 511	8 603

Os montantes dos Impostos e taxas são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Imposto de selo	-	1
Taxa para o ISP	57	49
Taxa para os Governos Cívicos	176	165
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	11	7
Total	244	222

Os montantes das Amortizações são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	512	345
Software	69	54
Equipamento informático	15	12
Equipamento administrativo e máquinas	38	24
Total	634	435

Os montantes de Outros Custos, em 2011 e 2010, são referentes a comissões de gestão de carteira de investimentos.

A rubrica de ganhos e perdas de Custos e Gastos de Exploração Líquida é decomposta como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	7 105	8 438
Outros custos de aquisição	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	-101	-562
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	1 445	1 306
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2 814	-2 482
Total	5 635	6 700

Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2011	2010
Direcção-Geral	1	1
Direcção	-	1
Chefias	2	2
Quadro Técnico	5	5
Total	8	9

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Remunerações - Órgãos sociais	33	51
Remunerações - Pessoal	576	665
Encargos sobre remunerações - Órgãos sociais	3	5
Encargos sobre remunerações - Pessoal	112	133
Seguros obrigatórios	7	8
Gastos de acção social	6	10
Formação	5	23
Outros gastos com pessoal	3	1
Total	745	896

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não existiam créditos concedidos pela companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários facturados durante o exercício de 2011 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas perfizeram o montante de 8,4 milhares de euros.

Nota 24 - Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2008 a 2011, pelo que não houve lugar a apuramento de imposto corrente e derrama. De igual forma, e por prudência, também não foi calculado imposto diferido activo sobre estes valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

	(milhares de euros)			
Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2008	10 905	-	10 905	2014
2009	7 548	-	7 548	2015
2010	8 004	-	8 004	2014
2011	3 916	-	3 916	2015
Total	30 373	-	30 373	

A Companhia não foi ainda objecto de qualquer inspecção pela DGI, estando sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2011 e 2010 explica-se como segue:

	2011		2010	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	52	-	17	-
Retenção de imposto na fonte	-	20	-	11
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	440	-	402
Contribuições para a segurança social	-	11	-	13
Tributos das autarquias locais	-	-	-	-
Total	52	471	17	426

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

Rubricas	Activo		Passivo		Líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Títulos	284	277	-	-	284	277
Total	284	277	-	-	284	277

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 foram reconhecidos como segue:

2011	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-	-12	-12
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-12	-12
Imposto Diferido	7	-	-	7
Títulos	7	-	-	7
Total	7	-	-12	-5

2010	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-	-7	-7
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-7	-7
Imposto Diferido	303	-	-	303
Títulos	303	-	-	303
Total	303	-	-7	296

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2011	2010
Resultado antes de impostos	-4 288	-7 981
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	1 244	2 314
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	-979	-2 001
Benefícios fiscais	10	9
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-275	-323
Imposto autónomo	-12	-7
Imposto Corrente + Diferido	-12	-7

Nota 25 - Capital

O capital da LOGO, de 20 milhões de euros representado por 4 milhões de acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 7,5 milhões de euros em 2007 e 12,5 milhões de euros em 2008.

Ao longo de 2009, 2010 e 2011, o accionista único reforçou os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 3,9, 8,5 e 5,1 milhões de euros, respectivamente.

Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Reservas de justo valor de activos financeiros	-1 070	-1 045
Reserva por impostos diferidos	284	277
Outras reservas	-	-
- Reserva legal	-	-
- Reservas livres	-	-
Reservas	-786	-768

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Títulos de rendimento variável	-	-
Títulos de rendimento fixo	-1 070	-1 045
Reservas de Justo Valor	-1 070	-1 045

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	11 547	12 244
Imparidade	-400	-
Custo amortizado/Aquisição líquido de imparidade	11 147	12 244
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	10 242	11 199
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	-905	-1 045
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	-165	-
Impostos diferidos e correntes	284	277
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	-786	-768

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Saldo a 01 de Janeiro	-768	71
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-25	-1 142
Imparidade reconhecida no ano	-	-
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	7	303
Saldo a 31 de Dezembro	-786	-768

Nota 27 - Resultados por Acção

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

(milhares de euros)		
	2011	2010
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-4 300	-7 988
Número de acções (final do exercício)	4 000 000	4 000 000
Resultados por Acção (em euros)	-1,08	-2,00

Nota 29 - Transacções entre Partes Relacionadas

O capital da LOGO é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a LOGO e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, resseguro e serviços de *call center*. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o montante global dos activos e passivos da LOGO que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2011				2010			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ESPÍRITO SANTO	3 925	-	-	-	4 295	-	-	-
BESLEASING	-	7	1	-	-	7	1	-
E. S. SERVIÇOS 2, ACE	-	-	1 470	-	-	-	914	-
E.S. CONTACT CENTER	-	-	239	-	-	14	245	-
E.S. FINANCIER	-	-	-	-	-	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	-	2 470	-	-	-	1 784	-
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS	-	-	26	-	-	-	20	-
TOP ATLÂNTICO	-	-	5	-	-	-	4	-
TRANQUILIDADE	8 579	14	-11 047	-8 926	7 181	389	-9 623	-7 821
Total	12 504	21	-6 836	-8 926	11 476	410	-6 655	-7 821

Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 meses	4 a 12 meses	+1 a 5 anos
Contratos de locação financeira	-	2	3
Contratos de locação operacional	6	16	45

Nota 31 - Compromissos

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Activos tangíveis (valor bruto)	9	9
Amortizações acumuladas	-9	-6
Activos Tangíveis (Valor Líquido)	-	3
Credores - Fornecedores de Bens	5	7

Nota 37 – Outras Informações

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo dar informação aos utilizadores das demonstrações financeiras para que possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2011.

A Companhia não obteve qualquer impacto significativo da adopção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, Alterações e Interpretações Emitidas mas Ainda Não Efectivas para a Companhia

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;

- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value option*) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de *facto control*.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;

- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 – Acordos conjuntos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: (i) *Joint operations*: e (ii) *Joint ventures*.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades;
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor e define novos requisitos de divulgação informação. Desta forma, os principais aspectos considerados são:

- Princípios que estão na base da determinação do justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valores;
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: (i) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e (ii) necessidades de requisitos de divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 - Investimentos em associadas e *Joint ventures*

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e *Joint ventures* com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelas entidades relativamente aos investimentos em associadas e em *joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, para ambos os investimentos.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa *joint venture*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011). A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridas para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade: (i) o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e (ii) o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

Anexo 1 - Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(Valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PERTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BESPL 3.375% 02/15		350 000,00	75,30%	99,8%	349 411,30	78,2%	273 809,08
Subtotal	0	350 000,00			349 411,30		273 809,08
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
ESPIRITO SANTO FINANCIER 7% 05/31/13		500 000,00	92,50%	99,8%	498 750,00	96,6%	482 964,48
Subtotal	0	500 000,00			498 750,00		482 964,48
Total	0	850 000,00			848 161,30		756 773,56
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PT OT 3.35% 10/15/15		600 000,00	92,10%	91,0%	546 108,96	92,8%	556 816,62
PT OT 4.35% 10/16/17		500 000,00	91,29%	90,6%	452 828,99	92,2%	460 985,67
BT 0% 03/23/12		500 000,00	99,04%	97,3%	486 502,87	99,0%	495 190,68
Subtotal	0	1 600 000,00			1 485 440,82		1 512 992,97
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3.5% 07/13		500 000,00	96,24%	94,9%	474 567,80	97,9%	489 634,27
Subtotal	0	500 000,00			474 567,80		489 634,27
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3.25% 01/15		500 000,00	90,07%	88,8%	444 214,23	93,2%	466 154,87
BCP PL FLOAT 03/13		250 000,00	72,00%	96,2%	240 482,13	72,0%	180 056,33
BCP PL 2.375% 01/18/2012		250 000,00	99,50%	99,9%	249 861,36	101,8%	254 399,69
CXGD 4.25% 01/20		750 000,00	65,34%	99,6%	746 923,68	69,3%	519 582,12
EDP FINANCE 3.25% 03/15		500 000,00	84,00%	99,6%	497 775,59	86,6%	432 875,68
PORTUGAL TELECOM 4.375% 03/17		500 000,00	71,53%	101,0%	504 750,00	74,9%	374 479,51
Dep Prazo EUR BES					1 000 000,00		1 000 105,00
Dep Prazo Eur BESI					705 395,83		706 430,41
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					1 000 000,00		1 000 048,61
Subtotal	0	2 750 000,00			5 389 402,82		4 934 132,22
Total	0	4 850 000,00			7 349 411,44		6 936 759,46
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
HELLENIC REPUBLIC 6.25% 06/19/20		500 000,00	19,00%	98,9%	494 710,00	22,3%	111 649,59
BOTS 0% 03/15/12		850 000,00	99,40%	99,5%	846 150,02	99,4%	844 900,00
Subtotal	0	1 000 000,00			998 985,00		968 893,44
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABERTIS INFRA 4.625% 10/16		500 000,00	96,07%	104,4%	521 850,00	97,1%	485 253,28
CAJASTUR 3.5% 10/13		200 000,00	98,15%	100,0%	199 928,00	98,9%	197 896,56
BBVA 3.625% 01/18/2017		250 000,00	94,21%	99,4%	248 582,50	97,7%	244 128,08
SGLT CO 17/02/2012		1 500 000,00	99,70%	99,8%	1 497 600,00	99,7%	1 495 500,00
UNICREDIT SPA 2.625% 10/15		500 000,00	90,85%	99,6%	497 935,00	91,3%	456 437,50
ATLANTIA 3.375% 09/17		500 000,00	93,78%	99,5%	497 530,67	94,7%	473 685,08
RED ELECTRICA 3.5% 10/16		500 000,00	99,57%	100,2%	501 024,24	100,4%	501 909,21
SANTANDER FLOAT 13		700 000,00	96,16%	100,0%	700 000,00	96,6%	676 032,31
RABOBANK FLOAT 13		300 000,00	100,10%	100,4%	301 110,00	100,2%	300 524,05
TELEFONICA 3.661% 18/09/2017		250 000,00	92,47%	100,0%	250 000,00	93,5%	233 783,21
BBVA SENIOR FINANCE 2.75% 09/12		250 000,00	98,89%	99,8%	249 617,50	99,7%	249 328,83
IBERDROLA FIN 3.5% 10/16		500 000,00	96,00%	99,9%	499 280,00	96,8%	483 782,32
Subtotal	0	5 950 000,00			5 964 457,91		5 798 260,43
Subtotal	0	8 300 000,00			8 304 302,93		7 723 703,46
Total	0	13 150 000,00			15 653 714,37		14 660 462,92
3 - Total Geral	0	14 000 000,00			16 501 875,67		15 417 236,48

LOGO[®]

Simples, logo seguro.



AUTO



CASA



Divulgação das Políticas de Remuneração

Divulgação das Políticas de Remuneração

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º. 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Enquadramento

De acordo com o estipulado na Lei n.º. 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a Seguros LOGO também se insere por força do disposto no DL n.º. 225/2008, de 20 de Novembro, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos Membros dos respetivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No âmbito específico da atividade seguradora, esta matéria foi no decorrer do ano 2010 objeto de desenvolvimentos regulamentares, tendo sido publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal a Norma Regulamentar n.º. 5/2010-R e a Circular n.º. 6/2010, ambas do dia 1 de Abril.

Dessa nova regulamentação resultou, em concreto, um conjunto de deveres em matéria de divulgação pública, bem como numerosas recomendações quanto ao processo de elaboração, aprovação e conteúdo desta política.

Com base no referido enquadramento legal e regulamentar, procede-se assim à elaboração da presente Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais da Seguros LOGO, S.A. para o ano 2012, a qual na sua generalidade retoma os procedimentos e princípios definidos na política do ano anterior.

1. Práticas remuneratórias

O Conselho de Administração da LOGO e respetiva Assembleia Geral sempre consideraram que a política de remunerações seguida até à data tem sido correta e adequada aos objetivos estratégicos da Companhia e do Grupo Acionista no qual se insere.

Efetivamente, a remuneração dos órgãos sociais em vigor na LOGO, teve sempre subjacente o integral cumprimento da legislação aplicável, bem como o respeito por práticas cuja bondade foi demonstrada ao longo dos últimos anos.

As decisões tomadas em matéria de aprovação das remunerações dos órgãos sociais caracterizam-se pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;

- O alinhamento das práticas remuneratórias com os interesses dos Acionistas;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

Os alegados excessos que terão existido noutras instituições não se verificam na LOGO, contribuindo igualmente para tal, o facto da LOGO, tendo em consideração a sua estrutura acionista, com forte intervenção e participação na sua gestão, bem como uma assinalável estabilidade na composição dos seus órgãos sociais, se caracterizar por um adequado controlo de riscos e pela ausência de políticas de curto prazo que assumam um elevado grau de riscos para a Sociedade.

2. Política de remuneração

2.1. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da LOGO é, nos termos previstos no Artigo 25º do Contrato de Sociedade, proposta pelo Conselho de Administração, sendo a mesma objeto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da LOGO não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

2.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 16º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

2.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 27º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

2.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL n.º. 487/99, de 16 de Novembro, alterados pelo DL n.º. 224/2008, de 20 de Novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

2.5. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Contrato de Sociedade, constituído por cinco membros, dos quais um é designado Presidente pela Assembleia Geral.

Todos os membros desempenham, no âmbito do Conselho de Administração, funções executivas.

a) Remuneração

Os membros do Conselho de Administração podem auferir uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano, à qual pode ainda acrescer uma remuneração variável de acordo com os critérios e

condições definidos na política de remuneração aprovada em Assembleia Geral.

Com exceção da atribuída ao seu Presidente, todos os membros do Conselho de Administração auferirão a mesma remuneração fixa. Apenas a parte variável poderá ser distinta.

Importa, contudo, salientar que, até à data, todos os membros do Conselho de Administração têm desempenhado funções não remuneradas ao serviço da LOGO.

b) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

Os critérios e condições de atribuição de qualquer remuneração variável, quando existente, serão em tudo idênticos aos previstos para as restantes empresas do Grupo Tranquilidade, designadamente:

- i. A remuneração variável será referente ao desempenho de curto prazo;
- ii. A remuneração variável será calculada no início de cada ano, em função do cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado;
- iii. O valor da remuneração variável será proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos;
- iv. O valor da remuneração variável a distribuir pelos membros dos órgãos sociais ficará sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 25.º do Contrato de Sociedade, que será a partir deste ano fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

A remuneração variável, quando existente, será paga nos termos e condições que vierem a ser definidos na Política de Remunerações em vigor, podendo o pagamento de uma parte da mesma ser diferido no tempo.

c) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros do Conselho de Administração assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado Líquido do Exercício;
- Rentabilidade dos Capitais Próprios;
- Rácio Combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

d) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da possibilidade de existir uma remuneração fixa e variável nos termos descritos na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da LOGO.

e) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da possibilidade de existir uma remuneração fixa e variável nos termos descritos na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da LOGO.

f) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração da LOGO relacionadas com a cessação das suas funções.

g) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração da LOGO, em caso de destituição sem justa causa.

h) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não são atribuídos aos membros do Conselho de Administração da LOGO quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

3. Regime complementar de pensões ou de reforma antecipada

Os Administradores da Seguros LOGO, em virtude de desempenharem idêntico cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade são beneficiários de um fundo de pensões denominado “Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade” gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., cujo regulamento foi objeto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade S.A., realizada em 27 de Fevereiro de 2007.

As principais características do referido fundo de pensões encontram-se descritas na Política de Remunerações dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

4. Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada em Assembleia Geral.

5. Quadro de remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais da LOGO durante o ano de 2011

(milhares de euros)

	LOGO		
	Fixo	Variável	Total
Conselho de Administração			0,0
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	---	---	0,0
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	---	---	0,0
António Miguel Natário Rio-Tinto	---	---	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	---	---	0,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	---	---	0,0
Conselho Fiscal			20,4
António Ricardo Espírito Santo Bustorff (Pres.)	8,4	---	8,4
João Faria Rodrigues	6,0	---	6,0
Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura	6,0	---	6,0
Total Remunerações	20,4	0,0	20,4

Conforme definido na alínea a) do ponto 2.5 da presente Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, aos membros do Conselho de Administração não foram pagas, no ano 2011, quaisquer remunerações pelo exercício das respectivas funções.

Política de remuneração dos “colaboradores com funções-chave”

Enquadramento

De acordo com o estipulado na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a Seguros LOGO, S.A., também se insere por força do disposto no DL n.º 225/2008, de 20 de Novembro, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos Membros dos respetivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No que diz especificamente respeito à atividade seguradora, esta matéria foi no decorrer do ano 2010 objeto de desenvolvimentos regulamentares, tendo sido publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal a Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e a Circular n.º 6/2010, ambas do dia 1 de Abril.

Dessa nova regulamentação resultou, em concreto, o dever de também divulgar a política de remunerações aplicável aos colaboradores das empresas de seguros sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal que, pese embora não sejam membros dos respetivos órgãos de administração ou de fiscalização, auferam uma remuneração variável e exerçam a sua actividade no âmbito das funções-chave ou outra actividade que possa ter impacto material no perfil de risco da instituição.

Mais exigente do que a Lei n.º 28/2009, quanto ao correspondente âmbito e conteúdo, a Norma Regulamentar n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio impor que a informação a divulgar relativamente à Política de Remuneração em vigor na empresa para os “Colaboradores com Funções-Chave”, abranja os seguintes aspectos:

- a) Modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos referidos colaboradores com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos;

- b) Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração;
 c) Relação entre a remuneração fixa e variável e limites aplicáveis à remuneração variável;
 d) Critérios de definição da remuneração variável, bem como os critérios para diferimento do respectivo pagamento e o período de diferimento mínimo.

Por sua vez, a Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio definir um conjunto de recomendações sobre o conteúdo da política de remunerações, preconizando nomeadamente que:

- a) A remuneração fixa dos “Colaboradores com Funções-Chave” em relação à componente variável, quando esta exista, represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável;
 b) A componente variável da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” seja sujeita a um limite máximo;
 c) O pagamento de parte substancial da componente variável da remuneração seja feito em instrumentos financeiros, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição;
 d) A quantificação da componente variável da remuneração atenda complementarmente a critérios não financeiros e dependa, em parte, do desempenho coletivo da unidade onde o colaborador se integra;
 e) A remuneração variável em função do desempenho seja atribuída segundo critérios predeterminados, mensuráveis e tenha por referência um quadro plurianual;
 f) O pagamento de parte da remuneração variável seja diferido;
 g) O montante da remuneração variável dos colaboradores que exerçam funções de controlo dependa da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções e não das áreas sob o seu controlo;
 h) A política de remuneração seja, pelo menos, anualmente avaliada de forma independente pelas funções de controlo da instituição, em articulação entre si.

Adicionalmente, pese embora o carácter não injuntivo destas recomendações, o Conselho de Administração da LOGO deve, por força do estipulado no n.º 3 do artigo 4º da Norma 5/2010-R anteriormente referida, enviar anualmente ao Instituto de Seguros de Portugal, uma declaração sobre a conformidade da política de remuneração com estas recomendações, numa lógica de *comply or explain*.

Com base no enquadramento legal e regulamentar acima brevemente definido é deste modo elaborada a presente Política de Remuneração dos Colaboradores com “Funções-Chaves” da Seguros LOGO, S.A. para o ano 2012, a qual retoma na íntegra os procedimentos e princípios definidos na política do ano anterior, tendo presente, quer a atualidade dos mesmos, quer ainda o resultado da avaliação interna independente efetuada nos termos recomendados na Circular 6/2010.

1. Práticas remuneratórias

O Conselho de Administração da LOGO considera que a política de remuneração seguida até à data em relação aos seus Colaboradores e, em particular, em relação aos que desempenham Funções-Chave ou funções que possam impactar no perfil de risco da Companhia, tem sido correcta e adequada aos Objectivos Estratégicos quer da própria empresa, quer do Grupo Accionista no qual se insere.

As decisões tomadas neste âmbito caracterizam-se pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com os critérios da avaliação de desempenho anual dos colaboradores;

- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional e, em particular, no sector segurador.

A LOGO não foi assim internamente afectada pelas patologias remuneratórias relacionadas com a recente crise financeira que motivaram algumas intervenções normativas nacionais sobre remuneração das instituições financeiras.

Com o objectivo de assegurar um constante alinhamento com as melhores práticas do mercado, a LOGO procurou ajustar-se, na medida adequada, às indicações contidas na Circular nº 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, relativas ao próprio conteúdo da política – as quais, reitera-se, têm carácter meramente recomendatório, sendo dirigidas às instituições numa lógica de *comply or explain*.

Nesse sentido, o Conselho de Administração da LOGO formaliza, através do presente documento, a política de remunerações aplicável aos seus “Colaboradores com Funções-Chave” na qual se consagram os seguintes pilares essenciais:

- a) Promoção do equilíbrio entre as componentes fixa e variável da remuneração total, com fixação de limites máximos para ambas as formas de remuneração;
- b) Definição do montante efectivo da remuneração variável em função da avaliação de desempenho a realizar anualmente pelo Conselho de Administração.

Na LOGO, para o ano 2012 e à semelhança do já verificado em 2011, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez, no ano da avaliação de desempenho do colaborador a que diz respeito.

De igual modo e inerente ao facto da empresa possuir um accionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, também a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre acções da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração.

2. Delimitação do âmbito de aplicação da política de remuneração

Nos termos previstos na Norma nº. 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Diretor Coordenador, Diretor-adjunto, Diretor de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direções de Risco Global e Controlo Interno e Direção de Auditoria), mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular nº. 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade, por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais – estes profissionais representam no caso concreto da LOGO, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

3. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente o Diretor Geral e diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objectivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

4. Remuneração

a) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de Maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a actividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de Maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 84% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

A parte variável para 2012 deve corresponder, em média, a 16% da Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo individualmente considerado não deverá exceder 20% do valor total da remuneração.

c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa pode representar, em média, aproximadamente 80% do total da remuneração, sendo os restantes 20% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do colectivo da respectiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da LOGO, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá um peso de aproximadamente 20% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) associado à Direcção / área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento.

A RVA é paga em numerário no período imediatamente a seguir à data de referência dos resultados.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração, assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

- i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:
 - Orientação para os Resultados com uma Gestão Cuidado do Risco;
 - Espírito de Equipa;
 - Visão Estratégica;
 - Planeamento, Organização e Controlo;
 - Orientação para o Cliente;
 - Capacidade de Negociação;
 - Conhecimento dos Produtos e Serviços.

- ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidado do risco;
- Espírito de Equipa;
- Visão Estratégica;
- Planeamento, Organização e Controlo.

5. Outros benefícios atribuídos aos “colaboradores com funções-chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o sector segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o sector segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o sector segurador.

6. Ampliação do âmbito de aplicação da presente política de remuneração.

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes colaboradores da LOGO, não considerados nos critérios definidos no ponto 2 infra (Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

Anexo 1 – Declaração de Cumprimento (n.º 1 do artigo 4º da Norma 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1	Adopção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses à longo prazo da instituição, designadamente com as perspectivas de crescimento, rentabilidade e protecção dos clientes;	√	
I.2	Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;	√	
I.3	Adopção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objectiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respectivas responsabilidades e competências.	√	
II. Aprovação da Política de Remunerações			
II.1	Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso da sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	√	
II.2	Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	√	
II.3	Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	√	
II.4	A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objecto de formalização em documento autónomo, devidamente actualizado, com indicação das alterações introduzidas e respectiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	√	
II.5	Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	√	
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1	A CR, caso exista, deve efectuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;		
III.2	Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;		
III.3	Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;		Não aplicáveis
III.4	A CR deve informar anualmente os accionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;		
III.5	A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões efectuadas.		
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1	A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efectivamente criada, protecção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à actividade;	X	Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: <ul style="list-style-type: none"> • Resultados líquidos do exercício; • Rentabilidade dos capitais próprios; • Rácio combinado. Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.

Recomendação	Cumpr	Não Cumpr	Observações
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.			Não aplicáveis (Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções)
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.			
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição;			
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa;			
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada;			
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das acções que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções;			
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos;			
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de acções até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.			
IV. Órgão de Administração – Membros não Executivos			
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição			Não aplicáveis (Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções)
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	✓		
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo;	✓		
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesse a longo prazo da instituição.		X	Não aplicável, tendo presente a estrutura accionista da LOGO, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também colectivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes;	✓		
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo;		X	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objectivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra; O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	✓		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações	
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável				
V.6.	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição;		X	O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7.	A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.		X	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave				
V.8.	Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	✓		
V.9.	Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	✓		
VI. Avaliação da Política de Remuneração				
VI.1.	A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si;	✓		
VI.2.	A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	✓		
VI.3.	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	✓		
VII. Grupos Financeiros				
VII.1.	A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações;			
VII.2.	A adopção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro;			
VII.3.	As funções-chave da empresa-mãe devem efectuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;			
VII.4.	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.			



Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**INTRODUÇÃO**

1. Examinei as demonstrações financeiras da **SEGUROS LOGO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 31.744 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.019 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.300 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SEGUROS LOGO, S.A** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para a situação seguinte:
- ♦ Tal como referido no ponto 2.4.8 (Capital Próprio e Margem de Solvência) do Relatório do Conselho de Administração, o capital próprio da Companhia não cumpre os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não obstante, a Companhia apresenta uma taxa de cobertura da Margem de Solvência de 105,5% (102,7% em 2010) face ao exigido pelas disposições regulamentares para o exercício da actividade seguradora.

Lisboa, 22 de Março de 2012



José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Accionista da
SEGUROS LOGO, S.A.,

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **SEGUROS LOGO, S.A.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2011, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Em 2011, a LOGO registou um crescimento acima do mercado, tendo o valor dos Prémios evidenciado um acréscimo de 16,8%, embora insuficiente para que fossem atingidos resultados positivos. Todavia, é de salientar que os parâmetros definidos inicialmente como objectivo para o projecto apenas previam que o ponto de equilíbrio fosse atingido em 2013. O exercício de 2011 ficou também marcado pelo esforço de optimização da operação, tanto a nível do rácio de sinistralidade, como do rácio de despesa.



O Grupo Tranquilidade, no qual a LOGO se insere, prosseguiu no decorrer do ano 2011 com o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguros. Em matéria de Solvência II foi, ainda, efectuado o acompanhamento e monitorização das acções previstas no plano de implementação do respectivo programa (*Roadmap*) previamente definido.

No exercício de 2011 realce, ainda, para o reforço dos fundos próprios através do aumento de Prestações Acessórias realizadas pelo accionista único, no montante de 5.100 milhares de euros. No entanto, é de referir que, os actuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da actividade seguradora se encontrar ultrapassado, consoante evidenciado pelo rácio de solvência (130,3% em 2009, 102,7% em 2010 e 105,5% em 2011).

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

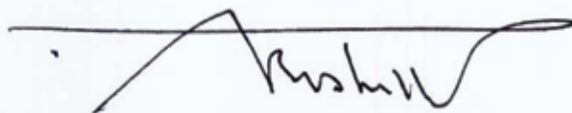
Após o final do exercício de 2011 procedemos à apreciação do respectivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2011. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2011, datada de 22 de Março de 2012, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas e acima resumidas, e em consonância com as respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Seguros LOGO, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 8 de Março de 2012, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos negativos do exercício de 2011, no montante de 4.299.738,22 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 26 de Março de 2012

O Conselho Fiscal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Presidente



João de Faria Rodrigues – Vogal



Maria Madalena Franca e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal

LOGO[®]

Simples, logo seguro.



AUTO



CASA

BES
art COLECCÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

Imagem de capa:

VALTER VINAGRE

b. 1954, Portugal

Da série Variações para um fruto,

“S/ título #13”, 2003

Prova por destruição selectiva de corantes (Ilfochrome)

102,5 x 127,5cm

Edição única

Cortesia do Artista

